

A MISÉRIA DO MUNDO E A REFLEXÃO SOBRE A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: A LUTA PELO DIREITO AO LUGAR

MARIA AMÁLIA DE ALMEIDA CUNHA

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

HELI SABINO DE OLIVEIRA

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

MÉRCIA PATRÍCIO GRIGÓRIO VALÉRIO

Rede Municipal de Belo Horizonte (SMED-BH), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

RESUMO: Inspirado no livro *A miséria do mundo*, publicado por Pierre Bourdieu e colaboradores no ano de 1993, este artigo tem como pressuposto desenvolver um duplo objetivo: o primeiro, é colocar sob escrutínio alguns processos de segregação social e espacial ocorridos na cidade de Belo Horizonte - MG, tomando como referência relatos de profissionais docentes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e depoimentos de lideranças comunitárias que erguem a voz contra a discriminação por endereço; o segundo, procura evidenciar algumas propostas pedagógicas que podem contribuir para transformar escolas periféricas ou segregadas, do ponto de vista socioespacial, em guardiãs das memórias de luta das camadas populares diante dos processos de exclusão e de subalternização social.

PALAVRAS-CHAVE: Segregação Socioespacial; Desigualdade Social; Docência; Lideranças Comunitárias.

INTRODUÇÃO

O livro *A miséria do mundo* foi publicado originalmente em francês, no ano de 1993, pela Éditions du Seuil e rapidamente se tornou uma das principais obras de referência de Pierre Bourdieu. Foi traduzido para várias línguas e conquistou a reputação de ser um trabalho original, disposto a analisar as diversas dimensões da desigualdade social e econômica em diferentes contextos sociais, ao explorar como as estruturas sociais produzem e reproduzem as desigualdades.

Durante três anos, Bourdieu (1997) e sua equipe se dedicaram a compreender as causas de produção das formas contemporâneas da miséria social de pessoas comuns, maltratadas por uma ordem social e política disposta, muitas vezes, a lhes arrancar até mesmo a dignidade.

Passados 30 anos de sua publicação, o livro *A miséria do mundo* continua atual e instigante, na medida em que revela a persistência do fenômeno da desigualdade social. A obra combina uma variedade de métodos de pesquisa, que inclui análise quantitativa e qualitativa, entrevistas em profundidade e análise de dados secundários, e explora as diferentes formas de miséria na sociedade francesa.

A pesquisa de Bourdieu (1997) também destaca a importância de considerar as perspectivas subjetivas e as experiências das pessoas na análise da desigualdade social, uma vez que sua abordagem integra uma ampla gama de teorias e conceitos

sociológicos para compreender as estruturas sociais que produzem e perpetuam a miséria.

Uma das questões mais interessantes tematizadas na obra é a análise da miséria de condição e da miséria de posição. A primeira, refere-se às circunstâncias materiais e econômicas precárias em que uma pessoa vive, como a falta de recursos financeiros, o acesso limitado à saúde e educação. A miséria de posição refere-se à desvantagem social e econômica que uma pessoa enfrenta em relação a outras em sua posição social, ou seja, como a sua posição na estrutura social afeta sua capacidade de obter recursos e oportunidades. Ambas as formas de miséria são interdependentes e contribuem para a perpetuação da desigualdade social.

Assim, tomando o mundo como um cosmos social, que tem a característica de produzir inúmeras representações de si, Bourdieu (1997) olha tanto para o sofrimento vivenciado no microcosmo, ou seja, na miséria de posição, quanto para o sofrimento presente no macrocosmo, ligado a uma miséria de condição, e que tende a ver a miséria de posição como um sofrimento relativo.

O cosmos social se refere à totalidade da sociedade, o que inclui as estruturas sociais e culturais que moldam as práticas e os comportamentos das pessoas. Para Bourdieu (1997), o cosmos social é composto por diferentes campos, como o político, o cultural, o econômico, que interagem e são regidos por leis específicas. O macrocosmo é uma escala de análise que se refere às estruturas sociais mais amplas, como as instituições políticas, econômicas e culturais, que moldam a vida das pessoas. Por exemplo, as políticas públicas, as relações internacionais, as grandes empresas e organizações fazem parte do macrocosmo.

Já o microcosmo é uma escala de análise que se refere às interações e práticas cotidianas das pessoas, como as relações familiares, as amizades, o trabalho e as atividades de lazer. Bourdieu (1997) argumenta que o microcosmo é influenciado pelo macrocosmo e pelo cosmos social, mas ele também pode moldar e influenciar essas estruturas.

Bourdieu (1997) utiliza esses conceitos para destacar a importância de considerar diferentes escalas de análise na compreensão da desigualdade social. Ele assinala que a desigualdade é o resultado da interação entre diferentes níveis de análise e que, portanto, é necessário analisá-la.

As histórias ordinárias sob escrutínio no livro transformaram-se em histórias extraordinárias, ao colocarem em evidência a condição de classe e a posição de classe. Como interpreta Eribon (2022, p. 71), esta obra representa uma leitura incontornável para aqueles que se interessam em compreender o sofrimento das pessoas, uma vez que seu autor é responsável por

restituir a multiplicidade dos pontos de vista. O 'sofrimento da posição' evita na análise que se considere apenas o sofrimento da condição. Tudo é uma questão de escala. Sobre o mapa global do mundo social: miséria da condição; sobre o mapa mais restrito de uma classe social, de uma profissão ou de um bairro: miséria da posição (ERIBON, 2022, p. 71).

A escala de observação é importante quando se compreende que a desigualdade social é complexa e multifacetada, o que pressupõe uma observação a partir de diferentes níveis de análise, desde as relações entre os indivíduos até as estruturas mais amplas da sociedade. Bourdieu (1997) destaca que a percepção da desigualdade social varia em conformidade à escala em que ela é observada.

Por exemplo, se observarmos a desigualdade social apenas no nível individual, podemos não perceber as estruturas sociais mais amplas que perpetuam essa desigualdade. Por outro lado, se analisarmos apenas as estruturas sociais, podemos perder de vista as experiências e percepções individuais daqueles que são afetados pela desigualdade. Portanto, Bourdieu (1997) argumenta que é importante considerar as diferentes escalas de análise para entender a complexidade da desigualdade social e suas múltiplas manifestações.

O analista, no seu exercício de compreensão, deve, por meio da escrita, conciliar objetivos duplamente contraditórios:

fornecer todos os elementos necessários à análise objetiva da posição da pessoa interrogada e à compreensão de suas tomadas de posição, sem instaurar com ela a distância objetivante que a reduziria ao estado de curiosidade entomológica; adotar um ponto de vista tão próximo quanto possível do seu sem para tanto projetar-se indevidamente nesse *alter ego* que é sempre, quer queiramos ou não, um objeto, para se tornar abusivamente o sujeito de sua visão de mundo (BOURDIEU, 1997, p. 10).

Assumindo que o nosso ponto de vista é apenas um ponto de vista, pretendemos, neste artigo, desenvolver um duplo objetivo: o primeiro é examinar os processos de segregação social e espacial ocorridos na cidade de Belo Horizonte - MG, tomando como referência tanto relatos de profissionais docentes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) quanto depoimentos de lideranças comunitárias que erguem a voz contra a discriminação por endereço. O segundo objetivo procura evidenciar algumas propostas pedagógicas que visam transformar escolas periféricas ou segregadas, do ponto de vista socioespacial, em guardiãs das memórias de luta das camadas populares diante dos processos de exclusão e de subalternização social.

O objeto heurístico que sustenta esta reflexão deriva de resultados parciais de um projeto de extensão realizado pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG), em parceria com professoras e professores do município de Belo Horizonte - MG, iniciado em agosto de 2018 e encerrado em dezembro de 2020. Um desses resultados diz respeito à produção de cinco cadernos pedagógicos: *EJA, cultura e espaço: direito à cidade*; *EJA e cidade: direito à memória*; *EJA e mundo do trabalho: direito à dignidade*; *EJA, saúde e corporeidade*; e *EJA e educação midiática: direito à informação e à comunicação*. Os materiais em tela integram a Coleção Lendo mundo, lendo palavras.

O projeto contou com 44 integrantes: 30 professoras e professores que atuavam na EJA da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME/BH), sete estudantes de licenciaturas da UFMG e sete professoras e professores que atuavam no Ensino Superior em três universidades públicas. Interessa-nos, para os propósitos do presente artigo, evidenciar apenas os três primeiros cadernos pedagógicos, especialmente as partes

referentes aos relatos de professoras e professores da EJA, por se tratar da explicitação de episódios de discriminação de estudantes desse segmento durante as visitas aos museus, cinemas e *shoppings centers*, além de conterem depoimentos de líderes locais que buscam afirmar, de maneira assertiva, o valor cultural e territorial das áreas periféricas esquecidas pela políticas públicas e segregadas pela globalização neoliberal.

Cumprido sublinhar que os excertos que integram o presente artigo foram extraídos de rodas de conversas e depoimentos concedidos por profissionais docentes, que participaram como autor, da elaboração dos três primeiros cadernos pedagógicos, que integram o projeto de extensão “Formação Continuada em Produção de Cadernos Pedagógicos para Educação de Jovens e Adultos¹”.

Dividido em três seções, o presente artigo problematiza, inicialmente, os fundamentos e princípios republicanos que fomentaram a construção da capital mineira. Apoiando-se na assertiva de Marc Bloch (2001, p. 56), que sustenta que “a incompreensão do presente decorre fatalmente da ignorância do passado”, examinou-se a perspectiva política que enseja o ordenamento urbano da cidade de Belo Horizonte - MG.

A segunda seção coloca em evidência os processos de exclusão e de segregação sofridos por estudantes da EJA, explicitados em seus relatos de discriminação socioespacial sofrida cotidianamente.

A terceira seção interroga, em linhas gerais, os efeitos de lugar, ao apresentar a possibilidade de as escolas de periferias virem a se tornar guardiãs das memórias de lutas das camadas populares pelo direito ao lugar. As considerações finais, após retomar alguns pontos abordados, sustentam que a cidade, vista por pessoas periféricas e segregadas social e espacialmente, pode se tornar uma sala de aula, ao questionar as assimetrias presentes nas relações de poder e inscritas nos códigos e projetos dos grupos dominantes, que delimitam espaços objetivos e subjetivos de circulação e interdição das pessoas, e definem previamente quais grupos possuem o direito à cidade.

Vale lembrar que o conceito de poder simbólico, cunhado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, ganha proeminência neste artigo. Como se sabe, o poder simbólico se manifesta de forma sutil, o que exige do pesquisador uma postura vigilante, sobretudo em espaços pouco perceptíveis, segregados, muitas vezes ignorados ou pouco reconhecidos. De acordo com Bourdieu (1997), o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. Ou seja, o poder simbólico é exercido na medida em que aquele que o pratica não se dá conta de seu exercício.

O LUGAR DA PERIFERIA EM UMA CIDADE GENTRIFICADA: BELO HORIZONTE - MG, UMA CIDADE MODERNA, HIGIENISTA E SEGREGADORA

Construir uma imagem positiva do novo regime político pós-1889 tornou-se um dos principais objetivos dos republicanos. Enquanto as representações do império passaram, de forma deliberada, a serem associadas ao atraso e à decadência, a república recém-inaugurada, por meio de um golpe militar, precisava ser atrelada à ideia de

modernidade, desenvolvimento e progresso. Conforme destaca o historiador José Murilo de Carvalho (1998), a criação de novos símbolos nacionais, a fixação de novas datas comemorativas e a instituição de novos heróis fizeram, assim, parte do projeto de poder dos republicanos na virada do século XIX.

Nesse processo, a construção de uma nova capital para Minas Gerais se tornou uma obsessão republicana, em virtude das particularidades de Ouro Preto - MG, com suas ruas estreitas, igrejas e casarões que remontam ao período colonial. Os fundamentos da nova cidade se inspiraram no ideário positivista de Auguste Comte (1798-1857), que concebia, *grosso modo*, a sociedade como um organismo vivo, constituída por partes integradas e harmoniosas. Cada órgão desempenharia, nessa concepção, uma função específica, que não pode ser alterada. Nesse sentido, uma sociedade que buscasse o progresso e o desenvolvimento precisaria seguir os preceitos de uma ordem "natural", ao definir, com clareza, as funções e os papéis sociais que cada indivíduo e cada classe social desempenhariam nos centros urbanos. Convém ter em mente que os conflitos sociais eram – e ainda são – vistos, nessa concepção, como decorrentes da quebra de contratos sociais e da ordem, o que torna a vida social caótica e insustentável.

Aarão Reis (1853-1936), engenheiro responsável por criar a planta da nova capital mineira, seguiu os rigorosos princípios positivistas. Isso pode ser notado na concepção geométrica do projeto urbanístico por ele criado, marcado pelo centralismo, pelo intervencionismo governamental, bem como pela necessidade de ordem e controle generalizado. Cumpre sublinhar que a construção de Belo Horizonte - MG aconteceu sob forte influência do modelo higienista francês. Paris abrigava, no século XIX, uma população densa e um comércio bastante movimentado. De acordo com Pinheiro (2011), em 1848, a cidade possuía quase 1,3 milhões de habitantes e já contava com algumas aberturas de ruas que objetivavam abrigar melhor as pessoas e o comércio. O projeto enfatizava o belo sob os argumentos de salubridade, higiene e valorização do solo para a expansão urbana, o que justificava a necessidade de retirar do centro aquilo que ocasiona o contrário desses argumentos, com a destruição de locais insalubres e a expulsão da população residente.

Belo Horizonte - MG foi construída no antigo Arraial Curral del Rey. Apesar de se inferir que seria uma nova cidade, planejada e construída do zero, como pretendiam seus fundadores, já haviam moradores que estabeleciam suas relações pessoais, sociais e profissionais naquele território. O Arraial não era um espaço vazio, porém, a maneira como, muitas vezes, a história é contada sugere isso ou, ainda, que tenha acontecido uma desapropriação pacífica e natural – para atender aos interesses econômicos da época – pois, concordavam com o progresso que estava por vir. Todavia, uma análise crítica de documentos textuais e/ou imagéticos revela a violenta desapropriação e o descaso humano com os moradores, que foram depreciados e responsabilizados pelas insalubridades e pela desorganização do local. A limpeza para a construção da nova capital contou com a sua retirada, a de suas habitações e estabelecimentos sociais, culturais e religiosos.

Os habitantes originais do Arraial eram, em sua maioria, negros e pardos advindos das minas em decadência, como as de Nova Lima - MG e de Ouro Preto - MG, que se estabeleceram no Curral del Rey a trabalho e por moradia. Uma nova capital baseada nos ideais franceses trazia o belo, a salubridade e a comodidade como aspectos

essenciais do projeto e, na visão dos positivistas e dos médicos higienistas da época, isso parecia dissonante ao perfil dos moradores do arraial. Para os idealistas, aquela população não era adequada à imagem de modernidade que a capital republicana deveria transmitir. Esse pensamento exemplifica o olhar segregador, preconceituoso e excludente dos fundadores de Belo Horizonte - MG.

Para eles, os moradores do Arraial eram indignos de ocupar um lugar rico de belezas naturais e que se tornaria uma bela arquitetura para abrigar a nova capital. De acordo com Dias (1997), em dezembro de 1893, quando o Congresso foi favorável à construção da capital no Arraial, a maioria dos moradores festejou a decisão, outros estavam temerosos por não conseguirem medir as consequências dessa mudança, e uma minoria permaneceu indiferente.

A nova capital surgiu, dessa forma, em 1897, por meio da expropriação das camadas populares das áreas da Serra do Curral, ocupadas especialmente por grupos quilombolas. Temos, assim, no plano ideal, a busca pela ordem, o zelo pela harmonia e a obsessão pela limpeza. A ordem assegurava, nessa visão, o progresso, na medida em que impunha a cada indivíduo o cumprimento de sua função em um ambiente rigidamente planejado. Por sua vez, a higienização traduzia-se no combate à boemia e à vadiagem e na exclusão das camadas populares das áreas urbanas. Assim, tanto o planejamento urbano quanto a legislação municipal colocaram em relevo a questão higienista e da sujeira social.

Podemos dizer, tomando os princípios positivistas como referência, que os “boêmios” estavam fora do lugar. Eles se concentravam no centro urbano e se tornaram parte integrante da sujeira social que precisava ser removida. A tentativa de ordenamento da área urbana de Belo Horizonte - MG se manifesta não apenas no planejamento, mas na legislação. A fim de controlar a mendicância na capital mineira, o prefeito da cidade, Bernardo Pinto Monteiro (1899-1902), por meio de um decreto, instituiu que

todo indivíduo que não puder ganhar a vida pelo trabalho, que não tiver meios de fortuna, nem parentes nas condições de lhe prestar alimentos nos termos da lei civil, e implorar esmolas, será considerado mendigo. Nenhum indivíduo poderá pedir esmolas, no distrito da cidade, sem estar inscrito como mendigo, no livro respectivo da prefeitura. Feita a inscrição, será entregue a cada mendigo: - Uma placa com a designação “mendigo”, e o número da inscrição, para trazer no peito de forma bem visível; - Um bilhete de identidade, contendo o número da inscrição, o nome, idade, residência e designação do lugar destinado a estacionar, bilhete esse que será assinado pelo Doutor Diretor de higiene (MINAS GERAES, 1900, p. 9).

Pode-se dizer que as formas pelas quais a cidade de Belo Horizonte - MG foi concebida tornaram possível a compreensão dos efeitos de lugar, manifestos pela miséria de condição e pela miséria de posição, examinadas por Pierre Bourdieu (1997). As circunstâncias materiais e econômicas precárias em que se vivia e ainda se vive, nessa cidade, se encontravam estreitamente ligadas à miséria de posição decorrente da sua

Inter-Ação, Goiânia, ISSN eletrônico: 1981-8416, v.48, n.2, p. 326-342, maio/ago. 2023. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5216/ia.v48i2.76015>>.

posição na estrutura social. Conforme veremos a seguir, quase dois séculos após a criação da capital mineira, as concepções higienistas e de sujeira social, presentes sempre nos “outros indesejáveis” que marcaram os primeiros anos de Belo Horizonte - MG, estão sedimentadas no espaço social da cidade, tanto física quanto simbolicamente.

Os relatos das professoras e dos professores da EJA e os depoimentos de lideranças comunitárias demonstram que, pouco mais de um século após a fundação de Belo Horizonte - MG, ainda persistem a busca pela ordem, o zelo pela harmonia e a obsessão pela limpeza, ou seja, os efeitos de um lugar criado sob a égide da segregação racial e social.

EFEITOS DE LUGAR: PROCESSOS DE SEGREGAÇÃO SOB ALENTE DAS PROFESSORAS E DOS PROFESSORES DA EJA

Um dos procedimentos adotados por Bourdieu (1997), na obra *A miséria do mundo*, para compreender os processos de segregação nos centros urbanos europeus e estadunidenses, consiste em examinar os efeitos do lugar. De saída, o autor busca enfatizar que os medos e as fobias suscitados pelos subúrbios e pelos guetos decorrem das circulações de imagens e representações evocadas pela imprensa sensacionalistas, bem como de propagandas e boatos que descrevem tais espaços como perigosos.

No entanto, o autor nos adverte que, para romper com tais ideias, não basta “ver com os próprios olhos” o que se passa nos subúrbios, nos lugares em que a ausência do Estado se manifesta de maneira contundente (BOURDIEU, 1997).

A ilusão empirista jamais se impõe, sem dúvida, tanto no caso em que, como aquele, o confronto direto com a realidade não ocorre sem alguma dificuldade, e até alguns riscos, portanto, sem alguns se ver no campo, isto é, as evidências as impressionantes e as experiências as mais dramáticas, encontra seus princípios completamente em outro lugar. Nada mostra melhor que os guetos americanos, esses lugares abandonados, que se definem fundamentalmente, por uma ausência – essencialmente a do Estado, e de tudo que disso decorre: a polícia, a escola, as instituições de saúde, as associações, etc. (BOURDIEU, 1997, p. 159).

Conforme argumenta Bourdieu (1997), no interior de uma mesma cidade, as distribuições do espaço físico ocorrem de acordo com os bens e serviços. Dessa forma, as áreas centrais possuem instalações que procuram reafirmar a posição de poder econômico e social, em detrimento dos mesmos serviços prestados em áreas periféricas. O objetivo é separar, por meio das características dos serviços – nomenclatura, valor do serviço prestado, formação do profissional, clientela –, os grupos que pertencem às classes economicamente favorecidas daqueles que se encontram em um estado de vulnerabilidade social, o que materializa, portanto, uma segregação espacial. Como afirma Bourdieu (1997, p. 160):

o lugar pode ser definido absolutamente como o ponto do *espaço físico* onde um agente ou uma coisa se encontra situado, tem lugar, existe. Quer dizer, seja como *localização*, seja, sob um ponto de vista relacional, como *posição*, como graduação em uma ordem. O

lugar ocupado pode ser definido como a extensão, a superfície e o volume que um indivíduo ou uma coisa ocupa no espaço físico, suas dimensões, ou melhor, seu entulhamento (como às vezes se diz de um veículo ou de um móvel).

Trata-se, no entanto, de uma realidade opaca, que requer que tornemos visível o invisível ou, de acordo com Bourdieu (1997), que produz um efeito de desencantamento e de destruição da ilusão da transparência do mundo social. O projeto de extensão, descrito sumariamente na introdução desse artigo, buscou dialogar com 30 professoras e professores da EJA acerca dos processos de segregação social e exclusão nos espaços sociais em Belo Horizonte - MG.

Um dos relatos docentes, fornecido por Roberta, professora alfabetizadora da EJA, consistiu em descrever uma visita a um renomado shopping center da capital mineira, localizado em uma área da cidade considerada nobre. A professora nos conta que decidiu levar seus estudantes numa mostra de réplicas de objetos referentes ao Egito Antigo. A visita de campo se justificava em razão da implementação da Lei n.º 10.639/2003, que determina a obrigatoriedade do ensino da cultura e da história da África. O primeiro estranhamento da professora foi notar os olhares desconfiados das pessoas que frequentam o shopping, ao se depararem com grupos sociais considerados, por eles, estranhos naquele espaço.

Quando nos dirigimos ao banheiro feminino do shopping, alguns estudantes disseram: "esse banheiro é maior que a minha casa!". Notei que algumas discentes resolveram fazer *selfies* nos espelhos enormes e estavam empolgadas por estarem naquele lugar pela primeira vez. Observei ainda que a maioria das mulheres que estavam ali se sentia incomodadas com a presença de mulheres negras e da periferia se divertindo, e não limpando, servindo ou em alguma condição subalterna (Roberta, professora, EJA/RME/BH).

As áreas segregadas da cidade possuem, a despeito de seus mecanismos de exclusão, uma dimensão pedagógica: tornar visível as relações de poder.

A visita ao shopping permitiu que lêssemos o mundo e lêssemos a palavra, porque descortinou para o grupo o processo de reificação das relações sociais em uma sociedade de classes; possibilitou ainda que percebêssemos o peso do patriarcado em nossa sociedade e, principalmente, a força do racismo estrutural em um país com um forte passado escravocrata. Compreendemos, naquele dia, que a sala de aula é, acima de tudo, a cidade, que traz, em suas organizações e instituições, a segregação de classe, o sexismo e o racismo (Roberta, professora, EJA/RME/BH).

Conforme destacamos na seção anterior, a cidade de Belo Horizonte - MG foi planejada pela égide da segregação social. Bourdieu (1997) nos ensinou a compreender a gramática da cidade, por meio dos processos de reprodução social que, em construtos

simbólicos, permitem-nos pensar e observar as disposições práticas dos agentes (*habitus*) e sua relação com as estruturas sociais. Nesse processo, o autor examinou as formas pelas quais ocorrem a naturalização das estruturas sociais, descritas por ele como dialética da interioridade e da exterioridade.

Dessa forma, um dos objetivos de suas pesquisas consiste em elucidar a reprodução cultural para demonstrar, teórica e empiricamente, que não se trata de um processo mecânico, mas, fortemente marcado por intermediadores. Esse processo de explicitação permite compreender como o exterior é interiorizado, bem como a força do *habitus*, por meio da estrutura estruturada que se torna estruturante. Trata-se, dessa forma, de compreender “a dialética da internalização da externalidade e da externalização da internalidade” (BOURDIEU, 1990, p. 72).

O relato de Ramuth, professor de EJA que atuava em uma sala de aula adaptada nas dependências da rodoviária, permite que se compreenda como ocorrem os processos de segregação e exclusão de pessoas periféricas em espaços concebidos pela e para a classe média. O educador nos descreve uma visita de sua turma ao Museu de Artes e Ofício, localizado na Praça da Estação. Tratava-se de uma turma que possuía um número expressivo de funcionários da empresa terceirizada Minas Gerais Administração e Serviços S.A (MGS), que prestava, na ocasião, serviços de faxina e vigilância à rodoviária.

Quando trabalhei na turma da rodoviária, teve uma situação que me marcou profundamente. Refiro-me à visita ao Museu de Artes e Ofícios, localizado na Praça da Estação no Centro de Belo Horizonte. Três coisas me chamaram a atenção. A primeira: os estudantes ficaram intrigados em saber o que havia próximo ao local onde embarcavam e desbordavam de ônibus, um museu. Notei, então, que não há nenhum tipo de informação que permita que o cidadão comum observasse a presença de um museu naquele lugar. A segunda coisa que me chamou a atenção foi o fato de os estudantes conhecerem as ferramentas expostas no museu. Oriundos do campo, eles conheciam os usos e funções de boa parte dos instrumentos de trabalhos que compõem o acervo museal daquele espaço. A terceira coisa que me chamou a atenção foi o fato de uma integrante da direção sair de seu posto para xingar os estudantes. Como estavam com o uniforme da MGS, ela pensou que se tratava de pessoas deixando de cuidar de suas tarefas para jogar conversa fora. Mesmo depois de eu explicar para ela que se tratava de pessoas da EJA, que trabalhavam durante o dia na MGS e estudavam à noite, não tendo condições de trocar de roupa, ela não se desculpou pela grosseria. Retornou para sua sala, demonstrando raiva e indignação. É curioso que ela não reconheça os funcionários que trabalham no museu, nem tenha admirado os saberes que os estudantes possuem sobre os artefatos expostos (Ramuth, professor, EJA/RME/BH).

Ednilce, professora de Geografia que atuava em uma escola em uma favela em Belo Horizonte - MG próxima à Avenida Cristiano Machado, nos descreveu a seguinte situação:

iniciei meus trabalhos como professora na Rede Municipal em 2015, um ano após a Copa do Mundo que ocorreu no Brasil. Um dos primeiros temas que decidi estudar com os alunos da escola foi a “Cidade e a questão da mobilidade urbana”. Selecionei, a partir dos objetivos traçados, três recursos didáticos: um *cartoon*, retratando como a cidade se organiza para atender às demandas impostas pelo excesso de automóveis; um texto de meia lauda, apresentando a expansão das linhas de metrô e a melhoria da qualidade dos ônibus como solução da mobilidade urbana; e um vídeo do YouTube, com duração de 15 minutos, focalizando a importância do uso da bicicleta em uma sociedade ambientalmente sustentável. Para minha surpresa, os estudantes não comentaram nada sobre o *cartoon*, nem sobre o texto que havia trazido para a sala de aula. Eles quiseram falar apenas sobre a duplicação da Avenida Cristiano Machado, especificamente sobre processo de remoção de famílias que viveram, por muitos anos, em moradias construídas às margens da avenida, bem como o sofrimento de pessoas que foram forçadas a mudar para outros municípios. Nada que eu havia traçado como objetivo de estudo os alunos quiseram abordar (Ednilce, professora, EJA/RME/BH).

A miséria de posição dos indivíduos que residiam em favelas às margens de uma importante avenida da capital mineira que ligava a cidade ao trajeto do aeroporto de Confins - MG, evidencia a forma como foram compelidos a se mudar para locais mais distantes do que aqueles em que antes residiam, uma vez que o governo de Minas Gerais desapropriou alguns bairros para construir a Linha Verde, que liga Belo Horizonte - MG ao aeroporto. Isso não significa que aqueles que permaneceram, por terem suas casas mais afastadas, se encontravam livres para circular na cidade.

Havia outra surpresa naquela aula. Depois que exibi um vídeo sobre o “uso da bicicleta na Holanda”, destaquei, para a turma, que a bicicleta precisava ser estimulada como meio de transporte em Belo Horizonte pelo poder público, com ampliação de ciclovias. Além de não poluir a atmosfera, nem provocar congestionamentos, o uso da bicicleta faz bem à saúde. Nesse momento, um educando da turma interrompe minha aula, dizendo que o que eu havia dito não fazia o menor sentido, que há lugares em Belo Horizonte que não se pode andar de bicicleta. Ele descreve que decidiu fazer um passeio de bicicleta no Bairro Bandeirantes, região da Pampulha, junto com o primo. Com menos de 15 minutos, os dois são abordados pela polícia, que faz uma revista em busca de drogas e armas. Ao não encontrar nada, quis saber o que ambos faziam naquele local. Disseram que queriam apenas andar de bicicleta. Os policiais lhes informaram que não se pode brincar de bicicleta naquele bairro. Caso permanecessem ali, teriam que ser levados à delegacia (Ednilce, professora, EJA/RME/BH).

Por meio dos relatos descritos, inferimos que a docência em áreas segregadas e estigmatizadas tem a capacidade de evocar o efeito de lugar, mesmo quando não se busca tematizar questões referentes ao território. Uma visita ao museu, ao shopping ou o deslocamento para outro bairro para andar de bicicleta são suficientes para a questão emergir.

Entretanto, há professoras e professores que buscam refletir sobre essas questões em suas aulas, para revelar o poder simbólico e seus efeitos de lugar. Na próxima seção, discutiremos um pouco mais a respeito desse tema.

LUTA PELO DIREITO À CIDADE

Um dos professores que integrou o projeto de extensão e que nos forneceu parte da base empírica deste artigo destaca que nasceu em uma favela na capital mineira. Na década de 1980, essa ocupação era nomeada pejorativamente pelo seu entorno como Favela do Pau Comeu. O intuito era claramente evidenciar a violência e os perigos advindos daquele lugar e construir simbolicamente uma barreira para manter segregadas as pessoas oriundas dele. Uma das formas de se contrapor ao poder simbólico é justamente torná-lo visível, ao explicitar suas sutilezas. Com tal intuito, foi criado o projeto “Palco meu”, que se valeu de um trocadilho sutil em referência ao estigma que cobria esse local, a começar pela própria designação pejorativa, Favela do Pau Comeu. O projeto busca desenvolver um clima e uma convivência não violentos, ao mitigar os efeitos da rotulação que pesam sobre os bairros segregados:

“Palco meu – Educação, cultura e paz” é um projeto sociocultural de um grupo de moradores voluntários dos bairros Primeiro de Maio e Minaslândia, localizados no extremo sul da região norte de Belo Horizonte. Sua missão principal é promover a cultura da paz, por meio de ações educativas e culturais em um momento de aumento da violência urbana, envolvendo, principalmente, adolescentes e jovens pobres, e em sua maioria negros. Com vista à melhoria da sociabilidade entre os moradores, o projeto tem desenvolvido diversas atividades socioculturais, entre elas, o “Cinema na praça” – atividade cultural com exibições regulares de filmes, desenhos e vídeos educativos, realizada nas ruas e praças dos bairros –, cursos, oficinas e palestras destinadas à promoção da cultura da paz, com destaque para as oficinas “Literatura e periferia” e “Memória e cidadania” (Frank Ribeiro, professor idealizador do projeto “Palco meu”).

Uma das integrantes do grupo chegou a produzir um poema para marcar o aspecto afirmativo do espaço como lugar de cultura e de experiência.

Chamava-se Vila Pau Comeu.
Era criança favelada desnutrida.
Na escola estudava Casimiro de Abreu.
Era pequeno brincava na praia – o mar bramia.
Na verdade, a criança favelada desdentada
Sonhava com Palco Meu, Bem diferente de Casimiro de Abreu.

Os sonhos, fragmentos de uma dura realidade.
Li Abreu, Cecília e Varela Mesmo na favela.
Sonhei, brinquei, sofri. Não sabia que atuava no que era Palco Meu
(Fátima Gandra, Preta).

Tais experiências integram o que o projeto de extensão tem descrito como “pedagogia da periferia”. Trata-se, pois, de propostas educativas que visam, *grosso modo*, transformar o estigma em orgulho, em um emblema que sintetiza as memórias de lutas contra a segregação socioespacial.

A título de ilustração, pode-se destacar duas propostas pedagógicas realizadas em duas regionais distintas de Belo Horizonte - MG, em áreas de ocupação. A primeira se refere ao trabalho realizado por um professor de História de uma escola situada na fronteira entre os municípios de Belo Horizonte - MG e Contagem - MG, Regional Pampulha. Esse professor descreve a vergonha que os estudantes tinham em morar no bairro onde se encontrava a escola:

a maior parte dos estudantes não se assumia como morador do bairro e manifestava grande rejeição àquela localidade. As falas em relação ao território eram sempre acompanhadas de termos negativos e ofensas. Isso foi atribuído, em sua primazia, às imagens veiculadas pela mídia, que confere grande visibilidade aos problemas locais: tráfico de drogas, violência e problemas de infraestrutura (Moacir, professor, EJA/RME/BH).

Para superar o estigma, o professor organizou, por meio da metodologia da História Oral, um conjunto de entrevistas com lideranças e pessoas que fizeram parte da formação daquele bairro. Designadas pelos estudantes como “pessoas livros”, por possuírem saberes que não se encontram nas bibliotecas e nas redes sociais, tais lideranças concederam entrevistas e visitaram a escola. Ao conduzir os estudantes a pesquisarem sobre a história do bairro, o intuito do professor Moacir foi, também, valorizar o trabalho daqueles que estiveram ali desde o início da ocupação do território e que construíram a comunidade. Nesse sentido, o projeto teve o objetivo de fazer com que os estudantes se reconhecessem como parte da história do bairro e de transformar o estigma periférico em emblema e fonte de orgulho. Para tanto, o professor construiu, com os estudantes, uma história em quadrinhos (HQ) sem nomes de heróis, nem os chamados “grandes feitos dos grandes homens”, mas, em que foram retratadas realidades próximas das redes de relações, de convívio de pertencimento dos estudantes. Se a história oficial é importante, não menos importante é conhecer a história das pessoas comuns:

além da produção da revista de História em Quadrinhos, utilizamos, também, o recurso fotográfico. As fotografias serviriam de artifício para que os adolescentes pudessem apresentar uma visão diferente daquela estereotipada da mídia. Sugerí que os estudantes evidenciassem o olhar que tinham sobre o próprio território enquanto moradores e frequentadores do local. Em um mundo

imagético e das redes sociais, a fotografia surgiu como mais uma opção de expressão. Após uma oficina com noções básicas de fotografia, os estudantes saíram às ruas do bairro, acompanhados por mim, por monitores da escola e pelos estagiários da UFMG, para fotografar a comunidade (Moacir, professor, EJA/RME/BH).

A segunda experiência diz respeito à pesquisa desenvolvida por uma das autoras deste artigo (Autora 3), como parte de sua dissertação no mestrado profissional em Educação e Docência na UFMG. A autora atua como docente na Regional do Barreiro e atende a estudantes provenientes da ocupação do entorno da Vila de Santa Rita. Os efeitos de lugar são percebidos nos depoimentos das pessoas que aí residem. Vistos como corpos descartáveis, os moradores enfrentam a discriminação por endereço, o estigma de viverem em uma área de ocupação. Flávio, uma das lideranças locais, ouviu do proprietário de um comércio na região dizer que os ônibus, em péssimo estado de conservação, deveriam ser enviados para Vila Santa Rita, local onde as pessoas não pagam impostos:

o dono do comércio falou de uma situação que aconteceu de um ônibus ter caído no bairro Mangueiras [...]. Ele teve uma fala muito infeliz que foi: “na Vila Santa Rita, o pessoal não paga IPTU, então, tem que mandar as coisas velhas tudo para lá. Porque, se for para acontecer morte, tem que acontecer lá em cima, não aqui embaixo que a gente paga todos os impostos” (Flávio, liderança comunitária).

A professora escutou as principais lideranças locais, que lhes confiaram não somente seus medos e frustrações, mas, principalmente seus desejos e a coragem de lutarem por uma casa própria. Seu intuito era construir materiais didáticos que contassem a história local, que tivessem um caráter afirmativo, que transformassem a vergonha de ser periférico em orgulho de possuir uma trajetória de luta pelo direito à moradia em uma cidade criada para segregar e subtrair direitos de pessoas que se encontram na miséria de condição e na miséria de posição. Com efeito, elaborou um livro infantil, com ilustrações e exemplos das formas de lutas e resistências dos moradores da Ocupação Santa Rita.

Em ambas as experiências descritas, é possível pensar que as escolas, segregadas do ponto de vista socioespacial, podem se tornar guardiãs da memória de luta contra os efeitos de lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo evidenciou depoimentos de lideranças comunitárias, de professoras e professores da RME/BH que atuam na EJA, em áreas segregadas socialmente, e, também, destacou algumas propostas pedagógicas que visam transformar escolas periféricas ou segregadas, do ponto de vista socioespacial, em guardiãs das memórias de luta das camadas populares diante dos processos de exclusão e de subalternização social.

Tendo como referência a obra *A miséria do mundo* (BOURDIEU, 1997), buscou-se romper com as categorias do senso comum de compreensão do mundo social, com o intuito de se contrapor à tendência de naturalização, ao fatalismo, às explicações individualizantes. Como nos adverte Silva (1996, p. 234),

aplicar Bourdieu à análise da educação significa tentar desnaturalizar o mundo social, ultrapassar o nível das explicações individualizantes, fatalistas, metafísicas e essencialistas. Tornar visível o invisível, produzir efeito de desencantamento, destruir a ilusão da transparência do mundo social, desenvolver a imaginação sociológica são todas operações que estão no centro da melhor sociologia, aí incluída a de Bourdieu (SILVA, 1996, p. 234).

Os estigmas e os estereótipos produzidos pelos efeitos de lugar podem ser conhecidos pelas professoras e pelos professores que atuam em áreas segregadas socialmente, mas são, sobretudo, sentidos por aqueles que habitam esses espaços. Goffman (1988) define como estigmatizado o indivíduo que apresenta um atributo que o desqualifica em suas interações com outrem. Esse atributo estabelece o descrédito, pois consiste em um desvio em relação às expectativas normativas dos outros a propósito de sua identidade. O estigmatizado é um indivíduo desacreditável/desacreditado nos processos de interação com o outro. Assim, emprestando de Goffman (1988) a ideia do estigma, é possível perceber o sofrimento social vivenciado pelos moradores de zonas segregadas, como periferias e favelas.

A análise das microsituações sociais vivenciadas por essa população é um elemento constatativo, uma vez que parte importante da vida se desenvolve no cotidiano, a partir das relações face a face submetidas a determinadas regulações, informações e expectativas. As marcas do lugar são vistas como um atributo desqualificante, que faz com que seus portadores carreguem consigo um sentimento de indignidade.

Professoras, professores e líderes comunitários, ao quebrarem o silêncio desse ciclo de reprodução, evidenciam como os processos de interação são constituídos de uma profunda carga emocional experimentada por meio de situações que geram vergonha, desconforto, medo e embaraço (GOFFMAN, 1988).

Romper com esse ciclo, por meio de uma escuta sensível de lideranças, professoras e professores, talvez torne possível reconstruir a memória de pessoas que se indignaram e se indignam cotidianamente contra o poder simbólico e seus efeitos de caráter violento, bem como pode restaurar a nossa capacidade de desnaturalizar as assimetrias de classes e as hierarquias instituídas social e historicamente.

Artigo recebido em: 29/04/2023

Aprovado para publicação em: 29/06/2023

CUNHA, M. A. de A.; OLIVEIRA, H. S. de; VALÉRIO, M. P. G.

A MISÉRIA DO MUNDO AND REFLECTION ON SOCIO-SPATIAL SEGREGATION: THE STRUGGLE FOR THE RIGHT TO A PLACE

ABSTRACT: Inspired by the book *A miséria do mundo*, published by Pierre Bourdieu and collaborators in 1993, this article aims to develop a double objective: the first is to place under scrutiny some processes of social and spatial segregation that occurred in the city of Belo Horizonte - MG, taking as references, both reports from teaching professionals in the Education of Youth and Adults, as well as testimonies from community leaders, who raise their voices against discrimination by address. The second objective seeks to highlight some pedagogical proposals that can contribute to transforming peripheral or segregated schools, from the socio-spatial point of view, into guardians of the struggle memories of the popular layers in the face of the processes of exclusion and social subalternization.

KEYWORDS: Socio-spatial Segregation; Social Inequality; Teaching; Community Leadership.

A MISÉRIA DO MUNDO Y REFLEXIÓN SOBRE LA SEGREGACIÓN SOCIOESPACIAL: LA LUCHA POR EL DERECHO AL LUGAR

RESUMEN: Inspirado en el libro *A miséria do mundo*, publicado por Pierre Bourdieu y colaboradores en 1993, este artículo pretende desarrollar un doble objetivo: el primero es poner bajo escrutinio algunos procesos de segregación social y espacial ocurridos en la ciudad de Belo Horizonte - MG, tomando como referencias, tanto informes de profesionales docentes de la Educación de Jóvenes y Adultos, como testimonios de líderes comunitarios, quienes alzan su voz contra la discriminación por domicilio. El segundo objetivo busca destacar algunas propuestas pedagógicas que pueden contribuir a transformar las escuelas periféricas o segregadas, desde el punto de vista socioespacial, en guardianas de las memorias de lucha de las capas populares frente a los procesos de exclusión y subalternización social.

PALABRAS CLAVE: Segregación Socioespacial; Desigualdad Social; Docencia; Liderazgo Comunitario.

NOTA

1 - O leitor interessado na leitura dos cadernos pedagógicos, que embasaram o trabalho empírico do presente artigo, encontrará tais materiais no repositório Appia 03 da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. Basta clicar na aba documentos e publicações da EJA e trabalhos docentes e, em seguida, na aba Cadernos Pedagógicos. Disponível em site <https://prefeitura.pbh.gov.br/educacao/appia-consolidando-projetos-de-vida>. Acesso em 6 de agosto de 2023.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, P. (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BOURDIEU, P. **Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CARVALHO, J. M. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia da Letras, 1998.
- DIAS, F. M. **Traços históricos e descritivos de Bello Horizonte**. Belo Horizonte: Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro, 1997.
- ERIBON, D. **A sociedade como veredito**. Belo Horizonte: Âyne, 2022.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação de uma identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.
- MINAS GERAES. **Decreto n.º 1.435**, de 27 de dezembro de 1900. Aprova o regulamento dos mendigos. Cidade de Minas: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1900. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=1435&comp=&ano=1900>>. Acesso em 24 de abril de 2023.
- PINHEIRO, E. P. Hausmannização ou haussmannizações?. **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 67-87.
- SILVA, T. T. **Identidades terminais**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MARIA AMÁLIA DE ALMEIDA CUNHA: Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1993), mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1997), doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2003,) doutorado sanduíche em Sociologia - Paris X - Nanterre (2001) e pós-doutorado em Educação pela Unicamp (2018). Atualmente é professora titular na Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisadora do OSFE- Observatório Sociológico Família-Escola e do LapenSI - Laboratório de Experiências em Formação e Narrativas de Si.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0233-3883>
E-mail: amalia.fae@gmail.com

CUNHA, M. A. de A.; OLIVEIRA, H. S. de; VALÉRIO, M. P. G.

HELI SABINO DE OLIVEIRA: Doutor em Educação pela Faculdade de Educação de Minas Gerais. Prof. Adjunto do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenador da linha de Educação de Jovens e Adultos em Docência e Educação (PROMESTRE) da Faculdade de Educação de Minas Gerais.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2097-0402>.

E-mail: helisabinooliveira@gmail.com

MÉRCIA PATRÍCIO GRIGÓRIO VALÉRIO: Pedagoga pela Universidade do Estado de Minas Gerais, Mestra em Educação na linha de pesquisa: Educação Ensino e Humanidades da UFMG (PROMESTRE). Professora do Ensino Fundamental (anos iniciais) da Prefeitura de Belo Horizonte.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-4353-8456>

E-mail: mercia.patricio@edu.pbh.gov.br

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 4.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).